

ATA Nº. 03/2017 - Mandato 2013/2017

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE.-----

No dia vinte e oito de Abril, do ano dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de abril destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia, continuação da 1ª. Reunião, realizada no dia 20 de abril: -----

Ponto 6 -Deliberar aprovar os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia;-----

Ponto 7 -Deliberar aprovar a Proposta de Minuta de contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a CMI e a JF da Gafanha do Carmo para a gestão da Capela Mortuária da Gafanha do Carmo; -----

Ponto 8 -Deliberar aprovar a Proposta de adesão do Município de Ílhavo à Associação da Rota da Bairrada.-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins. Justificou a sua ausência o Vereador José Vaz e o Vereador Paulo Costa. Este ultimo por se encontrar em férias.-----

FALTAS:-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de 24 dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Hugo Lacerda, Dinis Gandarinho, António Flor Agostinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Sérgio Lopes, Carlos Ferreira, Carla Lima, João Oliveira, António Pinho, Irene Ribau, João Roque, Hugo Rocha, Jaime Santos, Amantino Caçoilo, Emanuel Costa, Lurdes Faneca, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino. Pediu justificação de falta a esta reunião por motivo de ausência do Município o membro Luís Leitão. Foi enviada a Convocatória e pedido de comparência ao membro que se segue na lista do PS, Joana Lopes que não compareceu e não pediu justificação.-----

Presidente da Mesa, anuncia o reinício dos trabalhos, onde haviam sido interrompidos. Informa que vai colocar a apreciação o **Ponto 6 - Deliberar aprovar os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia,** para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara;-----

Presidente da Câmara: Informa que estas minutas resultaram do trabalho feito entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Estão todas aprovadas pelos competentes órgãos e reserva-se para as perguntas que os membros pretenderem fazer:-----

Presidente da mesa: abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros:-----

João Bernardo: Diz que o PS ao longo destes últimos anos tem tido uma posição clara de defesa da equidade dos contratos. Quando houver alguma discriminação que seja positiva e nesta matéria temos assistido a uma evolução relativamente aos anteriores. A Lei 75/2013 é clara e as competências a transferir para as Juntas de Freguesia têm de ser feitas no cumprimento da Lei. O PS opina que não há nenhuma razão objectiva para que estes contratos não se façam no máximo até ao final do 1º. Trimestre de cada ano.-----

João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador: Estes contratos, face à Lei vigente, trouxeram às Juntas de Freguesia uma responsabilidade adicional ao seu trabalho. Revertem-se em grande parte do seu valor para atividades correntes das Juntas e trouxeram para as ruas mais operacionais. Muitas vezes sobrecarregando uma estrutura que não estaria preparada para responder para tal efeito. O Sr. Presidente tem alguns anos de autarquia e tomou esta decisão conscientemente, fez com que as Juntas se empenhassem e dessem respostas aos seus munícipes. Lembra que as Juntas de Freguesia por vezes não conseguem fazer determinados trabalhos e são as Câmaras que têm de dar resposta, As Juntas de freguesia não podem continuar a socorrer-se das Câmaras e ver os seus encargos financeiros aumentarem para poderem transferir algumas verbas para as Juntas. Este é um panorama a nível nacional. Cerca de 50% das Câmaras tomaram esta posição de transferência de verbas para as Juntas através de contratos Interadministrativos, mas não chega, as verbas terão de vir diretamente do Governo. Concorda com o membro anterior sobre o tempo de celebração dos contratos. Afirma dizendo que ainda há muito trabalho a desenvolver sobre esta matéria.-----

Carlos António, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: As reuniões de trabalho com as 4 Juntas decorreram em bom ambiente. Sem ajuda da Câmara as Juntas de freguesia não teriam capacidade e não podiam assumir as competências transferidas por Lei. Estes contratos são o garante para que estas possam cumprir os seus objetivos. O aumento de verbas neste ano também é um manifesto de que vale a pena confiar nas Juntas para desenvolver competências e trabalho. Salienta os compromissos assumidos e cumpridos até agora o que traduz muita seriedade neste processo. -----

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação: Sem estes contratos não seria possível dar respostas às muitas solicitações. Representa cerca de 30% do orçamento da Junta da Gafanha da Encarnação que sem este valor e com o deficiente montante que vem do Governo, seria impossível dar respostas e contemplar todas solicitações. Fica na esperança de que no próximo mandato estes contratos não sejam tão necessários. Quem recebe acha sempre pouco. Termina saudando a solidariedade com a Junta da Gafanha do Carmo, que pela sua dimensão receberia um valor muito baixo. Foram cumpridas integralmente as cláusulas e isso é também motivo de orgulho.-----

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: Este contrato para a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo é de extrema importância. Agradece aos colegas a solidariedade. Termina com a nota de que sendo este o ultimo contrato deste mandato, pergunta ao Sr. Presidente se está ou não satisfeito com o cumprimento.-----

Hugo Rocha: Subscreve o que foi dito pelos Presidentes de Junta, acrescentando que a transferência de competências dando mais responsabilidade, permite que desenvolvam um trabalho mais próximo das populações e dos seus anseios sendo estes contratos para isso indispensável. O Governo veio agora a semana passada de novo com a “bandeira” da transferência de competências, isto próximo do ato eleitoral e portanto mais uma vez diz que é fazer tudo em cima do joelho e na maior desorganização. Esperamos que a ANMP e os Presidentes de Câmara, consigam negociar com calma a descentralização acompanhada de meios financeiros.-----

Presidente da mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para a 2ª. Intervenção:-----

Presidente da Câmara: A opinião foi unânime de que esta descentralização, foi positiva. Diz a Luís Diamantino que se a Câmara tivesse que fazer algum reparo tê-lo-ia feito, dizendo que não há nada a apontar. Neste mandato a Câmara transferiu para as Juntas de Freguesia um milhão de euros. Para quem recebe é sempre pouco, foi o possível. “A Lei-quadro para a descentralização tem estado na gaveta e agora a escassos meses de eleições veio de novo a público, não sei se é mau ou bom fazê-lo antes das eleições o que sei é que os grupos de trabalho criados para fazer estes estudos foram sendo suspensos esta é uma matéria com muito trabalho a fazer”. O Cadastro tem de ser bem feito para que não seja um presente envenenado para as autarquias. É importante que seja feita, mas bem-feita. Acredita que o Governo não sabe o que gasta em cada escola ou centro de saúde com edifícios alguns a cair, o assunto verbas é primordial e não podemos aceitar esta situação á pressão.-----

Presidente da mesa: abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros:-----

João Bernardo: Sobre esta matéria refere que o que é necessário são leis mais claras e exequíveis, porque a Lei 75/2013, é péssima. Considera importante que o Governo tendo manifestado vontade de fazer descentralização a não faça neste período pré-eleitoral para as autarquias. Afirma ainda que o que temos neste momento são leis constantemente alteradas e sem avaliação da sua execução.-----

João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador: Declara que o mais importante é alcançar objetivos, sendo eles satisfatórios para a comunidade. É importante gerir as finanças públicas da melhor forma. Concorda com o membro João Bernardo quanto à transferência de verbas dever ser feita no início do ano. O Governo Central parece não perceber ainda muito bem o esforço dos autarcas. Tem de haver transparência e dotar as Freguesias de mecanismos de controlo interno. Diz discordar um bocadinho do entendimento dos executivos para estes contratos, mas, reconhece que se deu em Ílhavo um passo, aplaude, mas, há ainda muito trabalho sobre esta matéria e há que conseguir melhorar. Esta experiência permitirá que os próximos executivos possam ter Juntas de Freguesia mais fortes e as Câmara beneficiarem de melhores respostas destas.-----

Carlos António: Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré Salienta a cordialidade e a clareza nas reuniões entre a Câmara e as 4 Juntas. Estes contratos, assumida a incapacidade quer da Câmara quer das Juntas para efetivar a delegação de competências, são um excelente mecanismo para as Juntas desenvolverem trabalho. Quer a Câmara quer as Juntas cumpriram integralmente o conteúdo dos contratos o que provou que tudo foi feito com seriedade e vontade de cumprir.-----

Hugo Rocha: Não vê inconveniente na data de transferência de verbas já que a vigência dos contratos é de um ano e é assim durante 12 meses que tem de ser gerido. Este acréscimo financeiro deverá ser sempre bem-vindo pelos Presidente de Junta.-----

Presidente da mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para a 3ª. Intervenção:-----

Presidente da Câmara: As opiniões sobre a Lei 75/2013, foram e são unânimes, é uma “Salada russa” de um lado não há preparação e do outro não tem condições. Valerá eventualmente como experiência para o futuro. Claro que também sou de opinião que o que se passa em Lisboa deveria ser igual no país inteiro, que é as Juntas de Freguesia receberem transferências diretas. Temos uns pais em Lisboa e outro no restante território. A 1ª. Tranche de transferência é feita em Maio no valor de 50% e não parece haver qualquer inconveniente com isto, os contratos são para 12 meses e são genéricos.-----

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa coloca a votação o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

Presidente da mesa: Dá continuidade aos trabalhos com a leitura do **Ponto 7 -Deliberar aprovar a Proposta de Minuta de contrato de Delegação de Competências a celebrar entre a CMI e a JF da Gafanha do Carmo para a gestão da Capela Mortuária da Gafanha do Carmo**, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara;-----

Presidente da Câmara: Sendo a documentação clara, vem no seguimento do que foi feito com as Gafanha da Nazaré e Encarnação, a propriedade continua a ser da Câmara e achamos que faz todo sentido que a gestão seja feita pela Junta de Freguesia.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros:-----

Sérgio Lopes: Cita a Lei 75/2013, nº. 1, alínea k), que diz claramente “...” o que estamos aqui a fazer é aprovar e não ratificar, a assinatura do acordo é do dia 9 de abril e nos termos da Lei a assinatura antes da aprovação pela AMI, não é legal. Pergunta se o Presidente desrespeita a Lei ou a AMI, qual prefere?-----

Hugo Lacerda: Chama a atenção para alínea d) dos considerandos onde se escreve; “...a capela mortuária da paróquia...”, dado tratar-se de uma minuta e crente de tratar-se de um erro, deve-se corrigir.

Flor Agostinho: Considera ser um bom caminho a transferência para a Junta da gestão do equipamento tão desejado pela Gafanha do Carmo. Está também de acordo que a validade do contrato seja a mesma do mandato autárquico.-----

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia do Carmo: Afirma que a população da Gafanha do Carmo tem muito orgulho nesta obra, ela poderá não estar perfeita mas está muito boa. Hoje infelizmente tiveram dois funerais ao mesmo tempo e correu tudo bem. O executivo da Junta não tem medo de assumir compromissos e informa a Assembleia, que já foi feito o Regulamento de utilização e já foi aprovado pela Assembleia de Freguesia e virá a aprovação da Câmara.-----

Hugo Rocha: Afirma que o CDS/PP vai votar a favor porque entende que as Juntas estão mais próximas da população do seu lugar, podendo assim fazer uma melhor gestão destes equipamentos. Diz que uma vez que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, parece-nos ser também uma boa decisão.--

Presidente da mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara, para a resposta aos membros.-----

Presidente da Câmara: Ao membro Sérgio Lopes responde que nenhuma das duas. Ao Hugo Lacerda informa que o conceito de Paróquia surge porque ate agora, não havendo casa mortuária, a igreja disponibilizava-se para aí realizar as exéquias fúnebres, contudo, pode ser pertinente o que diz. Foi um espaço recuperado que se tornou num útil. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros:-----

Sérgio Lopes: Reafirma que o Presidente desrespeitou a Assembleia porque assinou um contrato sem autorização da AMI, que detém a competência. Contudo saúda a obra e saúda também a entrega da gestão à Junta de Freguesia, afirmando que este equipamento era uma reivindicação do povo da Gafanha do Carmo e reclama a iniciativa do pedido desta pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia.-----

Hugo Lacerda: Na qualidade de freguês da Gafanha do Carmo e por ter vivenciado o que é dizer adeus em condições que nem são dignas, não recebo lições de ninguém. Todos sem exceção na Gafanha do Carmo ansiávamos esta obra, devemos sim refletir qual a razão por que tivemos que esperar tantos anos até porque o orçamento para a sua concretização é irrisório comparado com outras sem utilidade. Diz não querer a creditar que a causa foi que nos últimos anos o Presidente da Junta foi do PS.-----

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia do Carmo: Dirige-se a Hugo Lacerda dizendo que não dá lições a ninguém. A Sérgio Lopes diz que no anterior executivo, foi Presidente o Sr. Domingos Vilarinho, que é agora presidente da Assembleia. A opinião dele foi a de que a casa mortuária não deveria ser feita ali. Ele defendia para ali um museu e nunca pediu uma casa mortuária. Nos planos de atividades dos anos desse executivo não existe menção da casa mortuária. E nos relatórios apareceu no último depois do nosso. Falam muito da Gafanha do Carmo, mas não vão lá e não ouvem. -----

Flor Agostinho: Diz acreditar que se estivesse aqui a população da Gafanha do Carmo, não se revia nestes discursos e não está interessada na discussão que é distorcer a realidade e desvirtuar o que aconteceu ao longo dos anos.-----

Presidente da mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara, para a 3ª. Intervenção.-----

Presidente da Câmara: Diz estar francamente espantado com o tipo de discussão que se está a gerar num assunto tão importante para a Freguesia da Gafanha do Carmo, chegando mesmo a falar em mesquinhos política. Afirma não ter memória desta obra ter sido uma reivindicação da parte do anterior executivo da Junta, mas sim de alguns residentes com quem falou na altura. Termina com a afirmação de que o mais importante é a recuperação do equipamento e a entrada em funcionamento numa ambição da população. Se a oposição não aceita a entrega da gestão à Junta, faça uma proposta.-----

Presidente da mesa, terminadas as intervenções coloca a votação o ponto em análise tendo obtido **APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE.**-----

Presidente da Mesa, anuncia a continuação da Ordem do Dia colocando a apreciação o **Ponto 8 - Deliberar aprovar a Proposta de adesão do Município de Ílhavo à Associação da Rota da Bairrada,** para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara;-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: À 1ª. Vista parece estranho que Ílhavo se associe a uma Rota que é conhecida pela Rota dos Vinhos. Acontece que a Rota da Bairrada propõe uma revitalização em que entre também a componente gastronómica, a ligação à ria e já são parceiros do Festival do Bacalhau.-----

Presidente da mesa abre as inscrições para a 1ª Intervenção dos membros:-----

Hugo Lacerda: Por força dos Estatutos, pergunta qual o papel da CMI? Não pode fazer parte do Conselho Consultivo. Propõe que a Câmara não seja associada mas sim fazer parte do Conselho Consultivo. -----

João Bernardo: Intervém em nome pessoal embora integrado no PS, para dizer que não concorda com a posição assumida pela Câmara Municipal, porque Ílhavo nada tem a ver com a Rota da Bairrada.-----

Flor Agostinho: Diz que a integração da Câmara nesta Rota, é importante, a nível turístico e outros, tira partido a Rota da nossa gastronomia e a CMI dos seus vinhos e uma coisa está associada a outra.-----

António Pinho: A Rota da Bairrada procura alargar o seu âmbito e é uma marca internacional com prestígio e faz todo sentido aceitar o convite que a todos beneficia. Nem que fosse só por Ílhavo aparecer nos desdobráveis, ao preço a que está a publicidade, já vale a pena.-----

Hugo Rocha: Afirma que, um bom bacalhau pede sempre um bom vinho. Numa deslocação de trabalho, visitou uma adega e a apresentação do espumante começou exatamente com esta frase; “nada melhor para acompanhar um bom espumante que umas amêijoas da Ria de Aveiro”. Isto é promoção da nossa Região estendida ao enólogo/turismo tendo a praia e gastronomia associada. É uma mais-valia. Os territórios tem de ganhar escala, cada vez mais as fronteiras vão desaparecer e só cria mais-valias. A Rota da Bairrada quando nasceu foi conhecida pela Rota dos Vinhos, mudou o nome e procurou associados numa atitude de grandeza e modernidade. A CMI aprovou por unanimidade.-----

Presidente da mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara, para a 2ª Intervenção.-----

Presidente da Câmara: Começa por afirmar que os territórios têm de ganhar escala. Cada vez mais as fronteiras vão desaparecendo e temos de pertencer ao mundo globalizado em que vivemos. Cada vez mais temos de estar na proa e aquilo que se ganhará por esta adesão é bem mais do que o valor da quota anual. Diz a João Bernardo que não concorda com a opinião dele. O que pensa, é que o Município só tem a ganhar. Diz a Hugo Lacerda que a participação do Município é de pleno direito e fará parte do conselho consultivo.-----

Presidente da mesa abre as inscrições para a 2ª Intervenção dos membros:-----

João Bernardo: Começa por dizer que a CMI argumentou e concordou, mas que tem direito à sua opinião pessoal e considera ser uma banalização e uma perda de valores.-----

Hugo Rocha: Diz que vai ser lançado no mercado, feito em Albergaria a Velha com uma imagem da Costa Nova GIM. Albergaria tem zonas bonitas, isto é promover e saber aproveitar a nossa zona. -----

Presidente da mesa: Terminada a discussão do ponto em análise, coloca-o a votação, tendo obtido o seguinte resultado:-----

APROVADO POR MAIORIA, com 18 votos a favor, dos grupos parlamentares do PSD, CDS/PP, PCP e BE, 5 abstenções e 1 voto contra do PS, votou contra o membro João Bernardo. -----

E porque se esgotou a Ordem do Dia, o Presidente da Mesa dá como encerrados os trabalhos da 2ª Reunião desta Sessão, pelas 23.30 do dia do seu início.-----

TODOS OS PONTOS APROVADOS NESTA 2ª. REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE, FORAM APROVADOS EM MINUTA, para que possam ter efeito imediato.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2017.